

Lista de Presença – 5ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de 2020	
Data: 11/06/2020	Horário: 08h30
Representantes	
Nome	Câmara Técnica
Camila Clementina Arantes	CTGI
Marcelo Rodrigues da Motta	CTPA
Solange Wuo Franco	CTEA
Gilson Guimarães	CTGI
Josue Barranco	CTPA
Silene Cristina Baptistelli	CTGI
Natacha Yukie Nakamura	CTGI
José Luiz Albuquerque Filho	CTGI
Gerson Salviano de Almeida Filho	CTMH
GABRIEL SOUSA ALVES	CTGI
Melissa Cristina Pereira Graciosa	CTGI
Alfredo Pisani	CTMH
Murilo Andrade Valle	CTGI
Jaqueline Aparecida Bória Fernandez	CTPA
Cátia Regina Macagnan	CTEA
Lilian Barrellaperes	CTMH
Mary Lobas de Castro	CTGI
Nilton de Santana	CTGI
Silene Cristina Baptistelli	CTGI
Convidados	
Nome	Entidade
Hélio Suleiman	FABHAT
Mayara AboudTrivinho	FABHAT
Beatriz Vilera	FABHAT
Valburg de Sousa Santos Junior	FABHAT
Ana Sedlacek	FABHAT/Secretaria Executiva do CBH-AT
Larissa Cristina Silva	FABHAT/Secretaria Executiva do CBH-AT
Convidados e Tomadores de Empreendimentos FEHIDRO 2020	
Nome	Entidade
8Cintia Elena Nicolau	SABESP
Maria Conceição Teixeira	SABESP

1. Abertura

Camila Arantes, coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h. Apresentou a ata da 4ª reunião conjunta das câmaras e foi aprovada com as complementações da Beatriz Vilera (FABHAT) e Gilson (CETESB).

Informou que a pauta da reunião seria as apresentações das análises dos empreendimentos de 16 a 20. Lembrou que cada apresentação deve ocorrer em torno de 20 min e que o tomador não pode se manifestar espontaneamente, somente se ela, como coordenadora, solicitar algum esclarecimento.

2. Apresentações das análises e discussões:

Empreendimento 16: Instituto Siades

Analistas: Melissa Graciosa (CTGI), Jaqueline Bória (CTEA), Geovane Bassan (CTEA), FABHAT

Melissa realizou a apresentação do projeto:

- O projeto se trata de capacitação de gestores das prefeituras do ABC Paulista sobre mudanças climáticas relacionadas aos recursos hídricos do ABC;
- Metodologia do projeto está bem definida;
- O projeto foi apresentado em reunião do Consórcio Intermunicipal do ABC e recebeu apoio;
- Melissa acredita que a população beneficiada é um número maior do que o informado no projeto;
- O proponente deve esclarecer no TR o local onde irão acontecer as oficinas, assim como o transporte e deslocamento;
- O proponente não conseguiu algumas cartas de anuência de municípios parceiros devido à situação de pandemia.

Melissa acrescentou que, para garantir a sustentabilidade do projeto, antes de ser aprovado é necessário apresentar a concordância das prefeituras, não somente com uma carta de anuência, mas também considerando o comprometimento com relação aos recursos humanos e materiais necessários, ainda mais nessa fase de mudança de governança.

E por fim, parabenizou o instituto SIADES, e disse que os 3 analistas do projeto consideraram o tema muito relevante. Acrescentou que é fundamental que uma organização da sociedade civil tenha essa iniciativa, pois mesmo no cenário de pandemia, conseguiu realizar reuniões no consórcio e engajar prefeituras. Concluiu que é um exemplo de como a sociedade civil pode propor um projeto bem alinhado com os parceiros para execução.

Demais analistas:

Jaqueline Bória (CTPA) disse que a percepção que teve do projeto é que está muito bem colocado e escrito. E acrescentou que o comitê vai se interessar em acompanhar o projeto mais de perto, caso aprovado.

Beatriz Vilera (FABHAT) acrescentou que o Professor Pedro Jacob, como responsável técnico do projeto, não faz parte da Instituição e fará o trabalho voluntário. Portanto, é necessária também uma carta de anuência dele.

Discussões juntamente aos demais representantes:

Gerson Salviano (CTMH) informou que leu o projeto e que achou bem detalhado. Porém, não há informações sobre órgãos envolvidos da prefeitura e sugeriu uma parceria com a defesa civil municipal e estadual para o envolvimento maior no Alto Tietê.

Murilo Valle (CTGI) disse que também leu o projeto e que estava na presente reunião em que o representante do SIADES apresentou ao Consórcio Intermunicipal do ABC. Informou que o proponente aceitou 100% das indicações em relação ao projeto inicial que haviam feito e que na reunião se posicionou como uma pessoa que entende o que o Alto Tietê precisa e percebeu que suas sugestões foram incorporadas ao projeto.

Acrescentou ainda que com relação à população atendida, acha que está correto o valor de 2800 pessoas, já que deve considerar quem será capacitado de maneira bem dimensionada e que não deve ampliar para quem seria beneficiado no futuro.

E por fim, sugeriu que poderia acrescentar como produto do projeto algum tipo de certificação para ter uma garantia da realização do curso e aplicação de prova final para maior comprometimento dos técnicos.

Beatriz complementou que se colocou no TR a aplicação de uma avaliação, mas que não ficou claro se seria um feedback do curso ou prova sobre o conteúdo, mas acredita que ambos são relevantes. Acrescentou que não foi apresentado como os capacitados irão replicar o conhecimento após o curso.

Melissa levantou a questão sobre o tempo que será dado ao tomador para conseguir a complementação de documentos, sendo que já foi justificada a dificuldade por conta da pandemia.

Beatriz sugeriu que poderia pedir ao Tomador que apresentasse a ata da reunião realizada junto ao Consórcio.

Murilo esclareceu que a reunião do Consórcio é formada apenas por representantes dos municípios e eles não podem responder pelo prefeito. Portanto, o feedback positivo sobre o projeto na reunião não significa que os governos não irão aceitar. Acrescenta ainda que o consórcio tem um caráter consultivo aos prefeitos, e que para o Instituto ter conseguido algumas das parcerias, significa que a reunião realizada está surtindo efeito.

Solange Wuo (CTEA) disse que entende que no momento é corrido e considerando sua experiência de trabalho na prefeitura, acredita que o Tomador não vai conseguir em 4 dias todos os documentos faltantes.

José Luiz (CTGI) disse que a falta dos documentos, diante da justificativa apresentada e considerando a importância do projeto para a Bacia, não deve ser impeditivo para aprovação

do empreendimento. E acrescenta que o importante é apresentar os documentos no momento de análise do agente técnico.

Beatriz pontuou que a discussão de parceria pelo proponente e prefeituras já está avançada e sugere que o prazo para apresentação dos documentos faltantes seja estendido até a aprovação da deliberação de indicação de projetos do comitê, prevista para final de julho. E acrescenta que os projetos devem ser encaminhados da forma mais alinhada possível ao agente técnico para que seja executado mais rápido.

Solange alertou sobre a necessidade de manter a coerência com relação ao prazo para complementação. Lilian Barrella (CTMH) concordou, e disse que o prazo deve ser o mesmo a todos os tomadores.

Camila disse que no cenário apresentado ocorrerão exceções e que para esse caso, está clara a dificuldade de conseguir o documento. Concorda com a Beatriz em colocar o prazo para até a aprovação da Deliberação, cerca de 45 dias.

Beatriz complementa que as regras para avaliação estão bem alinhadas e que as demais complementações deverão ser entregues no prazo de 4 dias úteis como para qualquer outro tomador.

Hélio Suleiman (FABAHT) faz um pedido para que quando o projeto tiver andando que insira também para os membros do comitê e não somente gestores municipais. Coloca a Agência para trabalhar com os gestores e reforçar a importância dos técnicos.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Prazo para complementação e ajustes de informações: 4 dias

Prazo para complementação das cartas de anuência das Prefeituras: até a Plenária do CBH-AT (prevista para 28 de julho).

Antes de ir para o próximo empreendimento, Beatriz pediu a palavra para falar sobre a planilha de análise. Camila concedeu a palavra e justificou que é importante o feedback sobre a ferramenta de análise dos projetos.

Comentário sobre a planilha de análise dos projetos:

Beatriz explicou que quando a planilha foi elaborada, juntamente com o Murilo, a ideia inicial era dos representantes olharem a aba da FABHAT e havendo concordância de comentários, não haveria necessidade de recolocar na planilha. Porém, muitos estão fazendo comentários semelhantes sobre o mesmo assunto com outras palavras, o que dificulta nesse momento, que é necessário reajustar o texto para encaminhar ao tomador.

Mostrou o que está sendo encaminhado ao tomador e acrescentou que como há muitos apontamentos, estão sendo enviados os comentários e não o parecer final. Portanto não há necessidade de pontuar no parecer tudo o que já foi colocado. Mas que se necessário, utilizar o espaço para contextualização do empreendimento.

Por fim, Beatriz pediu a colaboração de todos e disse que esse feedback é importante para melhoria do processo de análise e da ferramenta.

Empreendimento 17 - DAEE

Analistas:Melissa (CTGI), Murilo Valle (CTGI), FABHAT

Melissa realizou a apresentação do projeto:

- O objetivo do projeto é evoluir para o nível do projeto básico das intervenções;
- O projeto apresenta amplos registros fotográficos que mostram que ao menos duas vezes por ano tem inundação;
- Para determinar a população beneficiada foram considerados os habitantes de bairros que sofrem as inundações;
- Está seguindo o passo a passo para elaboração desse tipo de projeto: Estudo da bacia – diagnostico – alternativas com base nos critérios – convergência para evoluir o projeto básico – contratação do projeto executivo e execução da obra.
- O projeto fez referência e concordância com o PDMAT.
- O valor total do projeto é de 1 452 milhões. O valor alto se justifica pelo levantamento de sondagem e topografia.

E por fim, fez uma colocação pessoal, que considera esse tipo de projeto feito pelo DAEE muito mais dentro do escopo do que desobstrução do canal, pois vai à origem do problema ao invés de realizar medidas paliativas.

Demais analistas:

Murilo concordou com a apresentação da Melissa e sua ponderação pessoal.

Beatriz também concordou com a análise e pontuou alguns ajustes que deverão ser realizados pelo tomador, de acordo com a análise da FABHAT:

- Adequar o preenchimento da planilha;
- Adequar o modelo da ficha resumo, pois preencheu o modelo antigo;
- Acrescentar como contrapartida a equipe técnica;
- Sugere adequar o título para: Estudos de alternativas e projeto básico. Pois dessa forma representaria melhor o escopo do projeto.

Beatriz também apresentou uma dúvida: em objetivo geral do projeto, utiliza-seo Tempo de Retorno de 100 anos para um projeto com tempo de decorrência de 1 semestre. Gostaria de ouvir a explicação de um técnico da área de drenagem se isso seria adequado.

Melissa disse que com relação ao título do projeto considera pertinente a alteração para deixar de acordo com o escopo, que representa um aprofundamento do PDMAT. E com relação ao Tempo de Retorno de 100 anos, o tomador pode apresentar dessa forma, pois o projeto atenderá o contexto do PDMAT e será realizado em etapas.

Não houve comentário dos demais membros.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Empreendimento 18 - SEMAE Mogi das Cruzes

Analistas: Melissa, Silene Baptistelli (CTGI), FABHAT.

Silene realizou a apresentação do projeto:

- Informou que o município de Mogi das Cruzes, local para realização do projeto, é operado pelo sistema da SEMAE e SABESP;
- Alertou sobre o título, pois não condiz com a proposta;
- Em “apresentação do proponente” o tomador não explicou a Instituição;
- Em “área de estudo” o proponente apresenta figura ilegíveis;
- Em objetivos o projeto prevê o encaminhamento da primeira chuva à ETE, o que acredita estar equivocado. Explicou que o sistema é separador e que a proposta de agregar a água urbana e esgoto não é correta. Além disso, o tomador deve apresentar uma carta de parceria com a SABESP para realizar essa ação;
- O escopo é tanto para projeto quanto para obra, o que precisa estar claro, pois os dois não podem ser contemplados no mesmo empreendimento.
- 78,2% do recurso não poderiam ser financiados pelo FEHIDRO, pois de acordo com a planilha orçamentária (blocos 3 e 4), seria utilizado para manutenção de um projeto que já existe;
- O tomador apresentou alguns erros conceituais, pois enquadrou o projeto no PDC 7, mas não considera a ação relativa à execução de obras previstas no PDMAT.

Por fim, Silene informou que solicitar um ajuste ao tomador descaracterizaria muito o projeto.

Demais analistas:

Todos concordaram com a apresentação realizada por Silene.

Discussão juntamente aos demais representantes:

Hélio informou que em Mogi das Cruzes é muito frequente encontrar a rede pluvial ligada na rede de esgoto e entende o problema. Porém, a proposta apresentada, além de não ser financiável, sobrecarregaria o sistema da rede de esgoto e diminuiria a eficiência do tratamento, alterando assim a qualidade dos corpos hídricos. Sugeriu chamar o Tomador para entender as dificuldades e ajudá-lo na construção de um TR para 2ª chamada.

Silene complementou sobre a necessidade de realizar um diagnóstico na rede coletora para apresentar um projeto mais direcionado nos problemas, para realização de pequenas obras.

Como Gabriel, representante do SEMAE estava presente, Camila deu a palavra para que esclarecesse as questões levantadas.

Gabriel (SEMAE) esclareceu responsável técnico pelo empreendimento não pôde participar. Mas comprometeu-se em passar todas as informações para apresentar um novo projeto na 2ª chamada.

Conclusão: INABILITADO.

Silene pontuou que todos os comentários estão na planilha de análise e considera importante enviar ao tomador para deixar como justificativa da não habilitação. Camila concordou e disse que o tomador poderá utilizar os apontamentos para adequação do projeto.

Empreendimento 19– SEMAE Mogi das Cruzes

Analistas:Silene (CTGI), Camila (CTGI), FABAHT.

Camila realizou a apresentação do projeto:

- Trata-se de execução de obra de coletor tronco de esgoto;
- O projeto propõe encaminhar o esgoto para ETE Suzano para redução de cargas no Córrego Ipiranga;
- Foi apresentada a autorização para intervenção em APP;
- Na apresentação do proponente o tomador não deixou claro sobre a Instituição;
- Durante a análise surgiu uma dúvida sobre a responsabilidade do coletor no Sistema Oeste, pois não ficou claro se é do SEMAE ou SABESP. E então, Silene procurou no Plano de Municipal de Água e Esgoto e viu que o SEMAE é responsável pela ampliação, coleta e transporte; enquanto a SABESP pela operação dos coletores e linhas de recalque. Portanto, a execução é sim responsabilidade do SEMAE, porém isso não ficou claro no TR;
- Outro ponto que surgiu dúvida é se, mesmo sendo uma vazão baixa, se seria necessário informar a SABESP sobre o recebimento de esgoto e apresentar um documento de aprovação prévia. É uma maneira de garantir também a sustentabilidade do projeto;
- No TR o tomador não deixou claro que o projeto executivo já foi desenvolvido, embora o conjunto da documentação apresentada conforme que sim

Demais analistas:

Silene complementou que o projeto está muito bom e que deve ser aprovado, porém as dúvidas devem ser esclarecidas.

Discussão com os demais membros das câmaras técnicas:

Hélio questionou se é possível em tempo hábil a formalização da SABESP. Sugeriu estender o prazo até a data da deliberação de indicação dos empreendimentos.

Silene disse que se o tomador deixar claro no TR sobre o contrato entre SABESP e SEMAE já seria suficiente. Camila complementou que apresentando elementos do Plano Municipal de Água e Esgoto no TR, mesmo que precise da anuência da SABESP, poderia sim dar um prazo maior para apresentação do documento.

Beatriz sugeriu que o Gabriel esclarecesse a situação. Camila considerou pertinente e passou a palavra a ele.

Gabriel se comprometeu em entrar em contato com a SABESP e informou que 4 dias é um prazo inviável para conseguir a anuênciacasotal documento seja necessária. Como o contrato entre SEMAE e SABESP presente no Plano Municipal de Água e Esgoto do município não deixa

claro se há ou não necessidade da anuência no caso da implantação do coletor tronco, ficou definido que as demais complementações e ajustes solicitados deverão ser feitos no prazo de 4 dias após o proponente tomador ser notificado. Já a anuência caso se faça necessária, terá prazo distinto.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Empreendimento 20 - SABESP

Analistas: Gabriel Souza Alves (CTMH) e Camila (CTGI)

Gabriel apresentou o empreendimento:

- Trata-se da construção de uma estação elevatória de esgoto;
- A ficha resumo apresenta uma vazão diferente do TR;
- O projeto não apresenta memorial de cálculo e horizonte populacional, o que dificultou a análise;
- E apresentou que de acordo com a análise, a estação elevatória se localizaria em uma APP. Então, nesse caso, é necessário fazer um licenciamento convencional (dar entrada e apresentar o protocolo) ou um levantamento planialtimétrico comprovando que não está numa APP.
- O empreendimento está pouco vinculado com o PBHAT considerando a redação do TR.

Demais analistas:

Todos concordaram com a apresentação realizada.

Discussão com os demais representantes das câmaras técnicas:

Gilson (CETESB) concordou com a análise apresentada, e com relação ao licenciamento disse que foi colocado da maneira correta.

Cintia (SABESP) pergunta se o trâmite para o licenciamento poderia ser realizado via rápido ambiental da CETESB (online). Foi esclarecido por Gilson que não, já que se trata de uma estação elevatória em APP. Neste caso a SABESP deve consultar a Agência Ambiental da CETESB para verificar se o documento emitido pelo VRA pode permanecer válido e solicitar apenas a Autorização para Intervenção em APP (apresentando a respectivo protocolo ao CBH-AT) ou se deverá fazer uma nova solicitação para emissão de LP, LI e LO e da Autorização para Intervenção em APP, ou comprovar que a E.E.E. não está localizada em APP, através da apresentação de um novo levantamento planialtimétrico.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

A reunião se encerrou às 12h30.